



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2023
(Do Sr. Junio Amaral)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, acerca da estrutura e das políticas de alfabetização que serão adotadas pela nova gestão no Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., conforme o art. 50 da Constituição da República, combinado com o art. 115 e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Camilo Santana, acerca da estrutura ministerial e das políticas de alfabetização que serão adotadas pela nova gestão no Governo Federal.

Ainda, em alusão ao dispositivo constitucional mencionado, as informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade.

Para tanto, requeremos informações a partir dos seguintes questionamentos:

1. A estrutura do Ministério da Educação na última gestão (2019-2022) dispunha de uma Secretaria de Alfabetização, visando tratar a área com maior foco e executar programas com a finalidade de combater os índices alarmantes de analfabetismo no país. Com a nova organização ministerial, a partir da Medida Provisória nº 1.154/2023, V. Exa. manterá a secretaria mencionada? Em caso de negativa, o tema da alfabetização será realocado em alguma outra secretaria?



2. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, bem como os programas “Tempo de Aprender”, “Conta pra Mim” e o novo “Brasil Alfabetizado (PBA)”, além do curso “Alfabetização Baseada na Ciência (ABC)” e do curso de formação em matemática básica na plataforma AVAMEC, idealizado pelo Instituto Nacional de Educação de Singapura, dos guias “Parceria Família-Escola”, “Contação de Histórias”, “Brincadeiras Tradicionais e Jogos de Tabuleiro”, “Musicalização Infantil” e do Sistema Online de Recursos para Alfabetização – SORA, serão mantidos pela atual gestão? Em caso de negativa, por quais razões e baseadas em quais fundamentos científicos e pedagógicos?

JUSTIFICAÇÃO

Instituída em 2019, a Secretaria Nacional de Alfabetização (Sealf) surgiu ineditamente no âmbito do Ministério da Educação, tendo como uma de suas competências primordiais o planejamento, orientação e coordenação, em articulação com os sistemas de ensino e as representações sociais, da implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Foi uma secretaria que guiou seus trabalhos no início de toda a trajetória educacional formal da criança pelo aforismo “aprender a ler para então ler para aprender”, também alcançando jovens e adultos no procedimento de alfabetização.

Em seus anos de existência, a Sealf teve como ações a adesão ao Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS, em inglês) e ao exame internacional TIMSS, realizou a I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), organizou três edições do Fórum Nacional de Coordenadores Locais do programa Tempo de Aprender, além de diversos programas, edições literárias, traduções e intercâmbios, proporcionando a interação com programas educacionais de países que são exemplos mundiais no desenvolvimento educacional.

Como consequência do sucesso da Sealf na elaboração de programas e ações baseados em evidências, o tema da alfabetização progrediu



no Brasil. A exemplo do programa “Tempo de Aprender”, conforme relatório da antiga secretaria, demonstrou-se que uma criança de escola vulnerável do 2º ano tem 22% de chance a mais de ser leitora iniciante ou fluente se comparado ao grupo que não participou do programa. Em escola não vulnerável, a chance aumenta para 27%.

A secretaria também atuou no retorno às aulas após a pandemia e elaborou sistemas avançados, como o Sistema Online de Recursos para Alfabetização – SORA e o curso de formação em matemática básica em plataforma virtual do MEC, este idealizado em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Singapura, um dos países exemplares nas políticas públicas de educação.

Inclusive, as políticas de alfabetização promovidas pela última gestão do Ministério da Educação (2019-2022) recebeu elogios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com um desempenho superior ao dos governos anteriores. A título de comparação, em 2017, 33% das crianças no 5º ano do ensino fundamental no país apresentavam níveis sofríveis de escrita e leitura.

Diante de todo o progresso, baseado em evidências, oportunizado pelo trabalho da Secretaria Nacional de Alfabetização e do Plano Nacional de Alfabetização, assim como de ações e programas oriundos destes, resta a preocupação deste parlamentar no imensurável regresso que teremos no caso de suas extinções/revogações, razão pela qual se faz necessário os esclarecimentos e suas devidas fundamentações acerca das questões elencadas no presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

